

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis da Administração Direta
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

1 – Contexto Operacional

O Município do Rio de Janeiro é uma pessoa jurídica de direito público interno, fundada em 30 de julho de 1975, com sede na Rua São Clemente, 360, Botafogo, inscrito no CNPJ sob o nº 42.498.733/0001-48.

A Administração Direta compreende os órgãos sem personalidade jurídica do Poder Executivo, composto por 34 (trinta e quatro) Secretarias Municipais e Especiais, Gabinete do Prefeito, Gabinete do Vice-Prefeito, Procuradoria Geral do Município, Controladoria Geral do Município e 27 (vinte e sete) Fundos Especiais, e do Poder Legislativo, composto pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro (CMRJ), Fundo Especial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (FECMRJ) e pelo Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCMRio).

O objetivo principal da Administração Municipal é prestar serviços à sociedade, sobretudo mediante a aplicação de programas e políticas voltadas para educação, saúde, urbanização, cultura, assistência social, habitação, transporte, gestão ambiental e outras inseridas na sua competência constitucional.

De acordo com esse objetivo, os ativos (direitos e créditos), as obrigações, as receitas e as despesas apresentadas nas demonstrações contábeis aplicadas ao setor público refletem essa missão institucional, devendo ser interpretadas e entendidas à luz desse objetivo.

2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as normas e regras estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 11ª edição, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 26, de 18 de dezembro de 2024 (que aprova a parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários), pela Portaria Conjunta STN/SRPC nº 25, de 18 de dezembro de 2024 (que aprova a Parte III - Procedimentos Contábeis Específicos: Capítulo 4 – Benefícios Pós-Emprego - Benefícios a Empregados) e pela Portaria STN/MF nº 2.016, de 18 de dezembro de 2024 (que aprova as Partes Geral, II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III – Procedimentos Contábeis Específicos, IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público), nas Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC's) emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), nas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP's) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e nas disposições legais complementares vigentes.

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas (NE). Essas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2025, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

As demonstrações contábeis e todos os saldos das notas explicativas estão apresentados em Reais, que é a moeda atual e oficial da República Federativa do Brasil.

O Balanço Orçamentário apresenta, no quadro principal, a execução orçamentária no exercício, comparando a previsão da receita orçamentária com sua realização, bem como demonstra e compara a fixação da despesa orçamentária com o seu montante empenhado, liquidado e pago.

O Balanço Financeiro demonstra os ingressos e desembolsos financeiros, segregando-os em orçamentários e não orçamentários. Como a despesa orçamentária é considerada pelo seu valor total empenhado, o montante não pago até o final do exercício referente aos restos a pagar, além das consignações e retenções, é considerado na coluna de ingressos extraorçamentários. Da mesma forma, os valores pagos no exercício referentes aos Restos a Pagar, além das retenções e consignações, são demonstrados na coluna de dispêndios como pagamentos extraorçamentários por não pertencerem ao orçamento do exercício e não estarem incluídos no montante da despesa orçamentária.

O quadro principal do Balanço Patrimonial apresenta os saldos dos bens e créditos por ordem de liquidez, subdivididos em Ativo Circulante e Não Circulante, obrigações com terceiros por ordem de exigibilidade, subdivididas em Passivo Circulante e Não Circulante, e os valores que compõem o Patrimônio Líquido.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é elaborada pelo método direto e deve evidenciar as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas nos fluxos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas informações incluídas no Sistema Integrado de Administração Financeira, Orçamentária e Contábil (SIAFIC Carioca), relativas à execução orçamentária, financeira e patrimonial realizadas e registradas pelos órgãos, sendo tais operações de responsabilidade dos respectivos gestores.

3 – Principais Práticas Contábeis Adotadas

Na elaboração das demonstrações contábeis, as principais práticas adotadas para o reconhecimento, a mensuração e o registro de Ativos, Passivos, Receitas e Despesas foram as seguintes:

3.1 – Receitas

Pelo enfoque patrimonial, foi utilizado como critério para o reconhecimento da receita o impacto da situação líquida patrimonial, baseados nos princípios contábeis da Competência e Oportunidade.

Pelo enfoque orçamentário, o critério de escrituração e registro das receitas ou ingressos, obedeceu ao art. 35, I, da Lei nº. 4.320/64, ou seja, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas, no momento do ingresso efetivo em caixa.

3.2 – Despesas

Pelo enfoque patrimonial, as despesas refletidas nas demonstrações foram registradas com base, exclusivamente, em fatos geradores econômicos e patrimoniais ocorridos no exercício, independente de correspondentes e efetivos pagamentos, podendo os valores serem ou não oriundos da execução orçamentária.

Pelo enfoque orçamentário, de acordo com o art. 35, II, da Lei 4.320/64, a despesa foi reconhecida pelos valores empenhados no exercício.

3.3 – Restos a Pagar

Os restos a pagar inscritos como não processados integram o passivo financeiro. Quando liquidados e não pagos em exercício posterior ao de referência, passam a ser controlados como restos a pagar não processados liquidados.

Os restos a pagar processados inscritos, que não foram pagos ou cancelados até o encerramento do exercício, permanecem registrados no passivo financeiro.

3.4 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Essa conta considera os numerários existentes em contas correntes e aplicações financeiras, incluindo os fundos especiais, e outras contas relativas a recursos com destinação específica, tais como convênios, projetos e outros. As aplicações financeiras em Fundos de Investimentos e

Poupanças estão registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

As aplicações financeiras em demais investimentos, inclusive fundos com liquidez imediata, são mensurados pelo valor original, atualizados até a data data-base do encerramento das demonstrações contábeis, sendo as atualizações apuradas e registradas em contas de resultado ou patrimoniais.

Os registros dos recebimentos de recursos financeiros são efetuados individualmente nas contas bancárias, segregados em recursos vinculados e não vinculados.

3.5 – Créditos a Curto Prazo

Os valores a receber são registrados com base nas informações prestadas pela Procuradoria Geral do Município, Secretaria Municipal de Fazenda e demais órgãos.

3.6 – Estoques

Os bens de almoxarifado/estoque são mensurados pelo custo médio ponderado das compras, em conformidade com o inciso III, art. 106 da Lei Federal nº 4.320/64 e Resolução Conjunta CGM/SMA nº 55/2010, que dispõe sobre normas para movimentação, registro e controle dos materiais existentes em almoxarifado.

3.7 – Investimentos

As participações em empresas sobre as quais o Município tem influência significativa na administração são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais participações são mensuradas ou avaliadas pelo custo de aquisição, sendo os ajustes apurados e contabilizados em contas de resultado.

3.8 – Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição ou custo de produção ou de construção, conforme disposto no inciso II, art. 106 da Lei Federal nº 4.320/64 e na Resolução CGM nº 1.642/2020, que dispõe sobre normas para registro contábil, o controle e a movimentação dos bens patrimoniais permanentes, sendo atualizados por ajustes de depreciação e reavaliação.

3.9 – Intangível

O reconhecimento inicial dos ativos intangíveis é efetuado pelo valor de aquisição ou de desenvolvimento, incluindo qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a sua finalidade, seguindo no que couber o disposto na Resolução CGM nº 1.642/2020, que dispõe sobre

normas para o registro contábil, o controle e a movimentação dos bens patrimoniais permanentes, sendo atualizados por ajustes de amortização.

3.10 – Reconhecimento de Passivos

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, são reconhecidas no Passivo, em observância ao regime de competência.

As provisões são registradas pelos valores estimados, informados pela Procuradoria Geral do Município, de acordo com os riscos potenciais de desembolso com perdas prováveis nas ações trabalhistas e/ou cíveis e/ou fiscais, reconhecidas até o encerramento do exercício, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP's), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

4 – Notas às Demonstrações Contábeis

4.1 – Balanço Orçamentário

A dotação inicial prevista na Lei Orçamentária Anual foi de R\$ 32.989.366.963,00 (trinta e dois bilhões, novecentos e oitenta e nove milhões, trezentos e sessenta e seis mil novecentos e sessenta e três reais). Após as movimentações de suplementação/cancelamento de créditos orçamentários, a dotação atualizada em 31/12/2025 passou a ser de R\$ 36.485.368.461,82 (trinta e seis bilhões, quatrocentos e oitenta e cinco milhões, trezentos e sessenta e oito mil quatrocentos e sessenta e um reais e oitenta e dois centavos).

Dotação Inicial	Créditos Adicionais Abertos	Cancelamentos	Dotação Atualizada
R\$	R\$	R\$	R\$
32.989.366.963,00	15.533.854.769,61	12.037.853.270,79	36.485.368.461,82

O resultado orçamentário do período foi superavitário em R\$ 4.588.640.428,28 (quatro bilhões, quinhentos e oitenta e oito milhões, seiscentos e quarenta mil quatrocentos e vinte e oito reais e vinte e oito centavos), representado pela diferença entre a receita arrecadada e a despesa empenhada.

Detalhamento da Execução da Receita e Despesa por Vínculo de Recursos

Identificação dos Recursos	Receita Arrecadada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Resultado Orçamentário
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Recursos Não Vinculados	24.744.222.829,58	20.484.402.493,53	19.805.759.037,98	19.372.185.372,74	4.259.820.336,05
Recursos Vinculados	12.893.243.669,41	12.564.423.577,18	12.210.237.337,82	11.810.618.339,49	328.820.092,23
Total	37.637.466.498,99	33.048.826.070,71	32.015.996.375,80	31.182.803.712,23	4.588.640.428,28

_Foram abertos créditos orçamentários com base no superávit financeiro do exercício anterior no montante de R\$ 831.238.099,53 (oitocentos e trinta e um milhões, duzentos e trinta e oito mil noventa e nove reais e cinquenta e três centavos).

4.2 – Balanço Financeiro

O resultado evidenciado no Balanço Financeiro foi positivo no valor de R\$ 725.602.956,15 (setecentos e vinte e cinco milhões, seiscentos e dois mil novecentos e cinquenta e seis reais e quinze centavos), correspondente à variação das disponibilidades no final do exercício de 2025, no valor de R\$ 4.959.276.008,18 (quatro bilhões, novecentos e cinquenta e nove milhões, duzentos e setenta e seis mil oito reais e dezoito centavos) e no início do exercício no valor de R\$ 4.233.673.052,03 (quatro bilhões, duzentos e trinta e três milhões, seiscentos e setenta e três mil cinquenta e dois reais e três centavos). A seguir apresentamos a composição do resultado:

Disponibilidades	R\$
Saldo do Exercício Atual	4.959.276.008,18
Saldo do Exercício Anterior	4.233.673.052,03
Variação	725.602.956,15

Detalhamento	R\$
Receita orçamentária	37.637.466.498,99
Transferências Financeiras Recebidas	44.227.906.256,83
Outras Movimentações Financeiras Recebidas	254.869,76
Recebimentos Extraorçamentários	5.475.205.083,75
(-) Despesa Orçamentária	(33.048.826.070,71)
(-) Transferências Financeiras Concedidas	(48.581.206.438,67)
(-) Outras Movimentações Financeiras Concedidas	(328.519,55)
(-) Pagamentos Extraorçamentários	(4.984.868.724,25)
Resultado	725.602.956,15

A conta “Transferências Financeiras Concedidas” representa os repasses às Unidades Gestoras da Administração Direta e às Entidades da Administração Indireta efetuados para atender despesas orçamentárias com recursos do Tesouro Municipal.

Os recebimentos e pagamentos extraorçamentários são compostos pelas movimentações de restos a pagar, depósitos e outras operações.

4.2.1 – Recebimentos extraorçamentários – Restos a Pagar

Os valores inscritos em Restos a Pagar, que representam despesas empenhadas e não liquidadas e despesas liquidadas e não pagas até 31/12/2025, são demonstrados na coluna de ingressos como recebimentos extraorçamentários para fins de compensação da parcela não paga da despesa orçamentária empenhada demonstrada na coluna de dispêndios. Os valores estão representados por:

Detalhamento	Não Processados	Processados	Total
	R\$	R\$	R\$
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	48.006.634,85	636.920.036,09	684.926.670,94
Materiais, Serviços e Outros	658.342.240,19	159.983.362,53	818.325.602,72
Investimentos	274.942.253,72	35.478.379,02	310.420.632,74
Inversões Financeiras	-	746.430,06	746.430,06
Obrigações Tributárias	51.538.566,15	64.455,87	51.603.022,02
Total	1.032.829.694,91	833.192.663,57	1.866.022.358,48

4.2.2 – Pagamentos extraorçamentários – Restos a Pagar

Os valores relativos aos restos a pagar de exercícios anteriores pagos no exercício de 2025 referem-se a:

Detalhamento	Não Processados	Processados	Total
	R\$	R\$	R\$
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	25.073.782,84	630.828.610,97	655.902.393,81
Materiais, Serviços e Outros	377.916.695,03	226.751.871,02	604.668.566,05
Investimentos	78.574.974,48	52.972.180,86	131.547.155,34
Inversões Financeiras	-	9.588.667,58	9.588.667,58
Obrigações Tributárias	31.057.271,90	6.156.557,92	37.213.829,82
Total	512.622.724,25	926.297.888,35	1.438.920.612,60

4.3 – Balanço Patrimonial

4.3.1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Os saldos de numerários em Caixa e Equivalentes de Caixa estão demonstrados da seguinte forma:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
<u>Poder Executivo</u>		
Bancos e Aplicações Financeiras	3.549.985.222,32	3.011.552.427,57
Rede Bancária - Arrecadação	13.566.431,35	12.886.150,03
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.111.363.787,19	1.003.488.454,15
Total Poder Executivo	4.674.915.440,86	4.027.927.031,75
<u>Poder Legislativo</u>		
<u>CMRJ</u>		
Bancos e Aplicações Financeiras	97.028.002,46	54.920.057,62
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	140.642,03	111.246,35
<u>FECMRJ</u>		
Bancos e Aplicações Financeiras	175.394.733,23	139.520.488,14
<u>TCMRio</u>		
Bancos e Aplicações Financeiras	11.797.189,60	11.194.228,17
Total Poder Legislativo	284.360.567,32	205.746.020,28
Total	4.959.276.008,18	4.233.673.052,03

4.3.2 – Créditos a Curto Prazo

Os saldos registrados nessa conta referem-se aos créditos de competência até 31/12/2025, com expectativa de recebimento até 31/12/2026, e estão compostos de acordo com o detalhamento apresentado a seguir:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
Créditos Tributários a Receber	5.851.385.032,02	4.119.803.042,06
Créditos Tributários a Receber - Parcelados	176.560.115,87	139.723.712,11
Créditos Inscritos em Dívida Ativa	334.033.640,09	358.350.949,32
Créditos de Transferências a Receber	1.263.246.443,78	1.265.974.969,68
Devedores por Empréstimos Concedidos - Poder Executivo	127.970.872,40	127.970.872,40
Devedores por Empréstimos Concedidos - FECMRJ	20.000.000,00	20.000.000,00
Total	7.773.196.104,16	6.031.823.545,57

Os créditos tributários a receber referem-se aos seguintes tributos:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
IPTU	1.798.157.451,63	1.829.252.693,95
ISS	3.989.731.402,66	2.232.013.603,16
ITBI	24.686.896,26	17.733.531,76
COSIP	38.809.281,47	40.803.213,19
Total	5.851.385.032,02	4.119.803.042,06

Os créditos tributários a receber parcelados referem-se aos seguintes tributos:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
IPTU	14.098.543,61	16.087.252,92
ISS	161.353.500,00	121.944.753,95
ITBI	1.108.072,26	1.691.705,24
Total	176.560.115,87	139.723.712,11

O ISS parcelado foi detalhado pela Secretaria Municipal de Fazenda da seguinte forma:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
Demais credores	148.686.378,79	120.160.267,96
Transação	3.085.438,66	-
Franquias Lei 7706/22	16.401,94	15.709,17
Carioca em Dia	8.244.875,11	-
Concilia 2019	-	1.962,14
Concilia 2020	1.320.405,50	1.766.814,69
Total	161.353.500,00	121.944.753,95

Os créditos inscritos em dívida ativa referem-se às seguintes receitas:

Detalhamento	Exercício Atual R\$	Exercício Anterior R\$
Tributária		
IPTU	340.520.395,16	272.937.931,56
ISS	76.271.919,59	69.372.473,10
Taxas	1.118.244,64	1.251.803,37
ITBI	2.864.913,59	1.919.062,21
Subtotal	420.775.472,98	345.481.270,24
Não Tributária		
Multas	8.390.782,38	8.086.501,70
Demais Créditos	5.772.139,57	4.783.177,38
Subtotal	14.162.921,95	12.869.679,08
Total	434.938.394,93	358.350.949,32
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Dívida Ativa		
Tributária		
IPTU - Faixa de 0 a 20%	(100.806.580,06)	-
ISS - Faixa de 0 a 20%	(98.174,78)	-
Total	(100.904.754,84)	-
Créditos da Dívida Ativa com Expectativa de Recebimento	334.033.640,09	358.350.949,32

A metodologia e as premissas utilizadas para determinar o cálculo das Perdas Estimadas em Dívida Ativa Tributária estão descritas no item 4.3.6.

Os créditos de transferências a receber incluem os créditos da Secretaria Municipal de Saúde junto à Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, que totalizam R\$ 1.174.048.626,23 (um bilhão, cento e setenta e quatro milhões, quarenta e oito mil seiscentos e vinte e seis reais e vinte e três centavos), e a parcela prevista para 2026 da compensação pelo impacto desfavorável na arrecadação da cota-parte do ICMS em decorrência da Lei Estadual n.º 2.664/96, conforme fixado pelo Decreto nº 49.568/2025, que alterou o Decreto nº 49.535/2025, no valor de R\$ 89.197.817,55 (oitenta e nove milhões, cento e noventa e sete mil oitocentos e dezessete reais e cinquenta e cinco centavos).

4.3.3 – Demais Créditos a Curto Prazo

Os saldos registrados nessa conta referem-se aos demais créditos de competência até 31/12/2025, com expectativa de recebimento até 31/12/2026, e estão compostos de acordo com o detalhamento apresentado a seguir:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
Adiantamentos Concedidos	16.362.547,54	3.465.507,22
Tributos a Recuperar/Compensar	5.076.881,01	4.662.777,98
Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos	161.250.393,06	40.492.586,60
Créditos por Danos ao Patrimônio	8.800.323,29	12.057.517,24
Valores Apreendidos por Decisão Judicial	145.268.633,72	179.968.410,77
Conta Especial - Precatórios	348.898.136,01	-
Créditos Administrativos - Autos de Infração	920.859.696,16	678.702.288,79
Créditos Administrativos - Multas de Trânsito	1.586.681.065,23	1.369.948.507,78
Créditos a Receber Decorrentes da Alienação de Bens Móveis e Imóveis	7.794.808,96	16.059.404,69
Créditos a Receber por Cessão Não Onerosa do Tipo Condição	367.042.200,00	211.664.600,00
Créditos com Entidades da Administração Indireta - PCRJ	259.099.649,23	242.171.584,82
Créditos Imobiliários e de Convênios - Estado do RJ	78.902.738,28	82.124.735,20
Créditos com Cessão de Pessoal a Outros Entes da Federação	380.646.132,83	391.991.829,54
Créditos a Receber Decorrentes de Folha de Pagamento	33.685.126,67	34.666.230,49
Demais Créditos - Poder Executivo	57.968.086,39	5.329.296,95
Demais Créditos - Poder Legislativo	6.640.119,48	5.841.750,03
Total	4.384.976.537,86	3.279.147.028,10

Os créditos a receber por descentralização de serviços públicos referem-se à parcela da outorga fixa da concessão de saneamento do bloco 3, relacionada à área de Planejamento 5 (AP-5).

A Conta Especial – Precatórios representa o valor depositado na conta especial de precatório administrada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), em razão da adoção pelo Município do Rio de Janeiro ao regime especial da Emenda Constitucional nº 136, de 9 de setembro de 2025, que permite que o pagamento de precatórios seja limitado a 1% (um por cento) da receita corrente líquida apurada no exercício financeiro anterior (§ 23 do art. 100 da Constituição Federal).

Na rubrica Demais Créditos – Poder Executivo, está registrado o montante de R\$ 50.771.283,93 (cinquenta milhões, setecentos e setenta e um mil duzentos e oitenta e três reais e noventa e três centavos). Esse valor corresponde ao débito da contraprestação pública realizado na Conta Vinculada ao contrato de Parceria Público-Privada (PPP), na modalidade de subconcessão administrativa, celebrado em 28/04/2020 com a SMART RJ Concessionária de Iluminação Pública SPE S.A.

4.3.4 – Estoques

Compreende os valores dos materiais adquiridos com objetivo de utilização. No Poder Executivo, representam os valores dos materiais controlados através do Sistema de Informações Gerenciais de Materiais (SIGMA).

Detalhamento	Exercício Atual R\$	Exercício Anterior R\$
Material de Consumo - Poder Executivo	300.141.901,50	385.262.265,14
Material de Consumo - CMRJ	1.256.622,60	1.567.057,96
Material de Consumo - TCMRio	176.647,79	216.038,28
Total	301.575.171,89	387.045.361,38

4.3.5 – Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço aos órgãos ocorrerão em 2026.

Detalhamento	Exercício Atual R\$	Exercício Anterior R\$
Prêmios de Seguros a Apropriar - TCMRio	52.500,15	46.944,33
Prêmios de Seguros a Apropriar - CMRJ	278.902,50	253.536,32
Assinaturas e Anuidades a Apropriar - TCMRio	76.329,24	32.765,01
Total	407.731,89	333.245,66

4.3.6 – Realizável a Longo Prazo

O valor apresentado nesta conta refere-se a créditos com expectativa de recebimento após o término do exercício seguinte (31/12/2026) e está composto de acordo com o detalhamento apresentado a seguir:

Detalhamento	Exercício Atual R\$	Exercício Anterior R\$
Créditos Tributários a Receber	9.811.759.936,52	-
Créditos Tributários a Receber - Parcelados	511.047.144,10	402.444.019,40
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	13.066.724,78	13.066.724,78
Créditos Inscritos em Dívida Ativa	32.337.682.317,74	29.720.633.200,33
Demais Créditos a Longo Prazo	739.719.672,26	2.049.957.546,60
Total	43.413.275.795,40	32.186.101.491,11

Os créditos tributários a receber referem-se à compensação pelo impacto desfavorável na arrecadação da cota-parte do ICMS, decorrente da Lei Estadual nº 2.664/1996. Em cumprimento ao acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) 401.953, o Decreto Estadual nº 49.535/2025 (alterado pelo Decreto nº 49.568/2025) fixou o montante de R\$ 9.990.155.571,60 (nove bilhões, novecentos e noventa milhões, cento e cinquenta e cinco mil quinhentos e setenta e um reais e sessenta centavos), a ser compensado. O pagamento foi estabelecido em 112 (cento e doze) parcelas anuais, com início no exercício de 2025, no qual foi recebido o montante de R\$ 89.197.817,53 (oitenta e nove milhões, cento e noventa e sete mil oitocentos e dezessete reais e cinquenta e três centavos).

Os créditos tributários a receber parcelados referem-se aos seguintes tributos:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
IPTU	18.726.114,74	29.784.568,47
ISS	492.113.050,76	371.831.297,43
ITBI	207.978,60	828.153,50
Total	511.047.144,10	402.444.019,40

Já os créditos inscritos em dívida ativa referem-se às seguintes receitas:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
Tributária		
IPTU	28.697.654.403,60	27.345.413.046,49
ISS	35.430.927.231,11	34.050.315.854,16
Taxas	297.804.969,42	278.906.545,80
IVC	269.872.495,44	275.900.040,17
ITBI	2.031.546.215,54	1.869.954.237,82
Subtotal	66.727.805.315,11	63.820.489.724,44
Não Tributária		
Multas	2.614.633.352,94	2.377.153.410,36
Demais Créditos	2.856.498.174,37	2.164.090.918,93
Subtotal	5.471.131.527,31	4.541.244.329,29
Total	72.198.936.842,42	68.361.734.053,73
(-) Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária		
IPTU - Faixa de 0 a 20%	(12.990.855.311,31)	(12.324.775.891,10)
ISS - Faixa de 0 a 20%	(26.870.399.213,37)	(26.316.324.962,30)
Total	(39.861.254.524,68)	(38.641.100.853,40)
Créditos da Dívida Ativa com Expectativa de Recebimento	32.337.682.317,74	29.720.633.200,33

O Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária é realizado com base nas informações prestadas pela Procuradoria Geral do Município (PGM). Essas informações referem-se à classificação dos créditos da dívida ativa conforme o grau de dificuldade de recuperação, de acordo com o estudo elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) — “Construção do Modelo Preditivo de Recuperação de Créditos Inscritos na Dívida Ativa do Município do Rio de Janeiro”, objeto do Contrato PGM nº 106/2014. O referido estudo teve por objetivo construir um modelo preditivo específico para a PGM, destinado a estimar a probabilidade de quitação dos créditos inscritos em dívida ativa. Os resultados da aplicação deste modelo indicam que uma parcela significativa dos créditos possui baixa probabilidade de recuperação. No contexto do estudo, as Certidões da Dívida Ativa (CDAs) com baixa probabilidade de pagamento (até 20%) representam créditos com alta probabilidade de não serem recuperados e, portanto, constituem potenciais perdas para o município.

As providências adotadas pela PGM para otimizar a recuperabilidade dos créditos inscritos em dívida ativa estão relacionadas a seguir

- Higienização do Sistema de Dívida Ativa, com base nos dados do SERPRO e da integração Sistema de Dívida Ativa e o Processo Administrativo Virtual (PAV) (Conclusão em 2025).
- Implementação no Sistema DAM uma série de melhorias que permitem um acompanhamento mais acurado dos prazos prescricionais das CDAs.
- Controle automatizado do Seguro Garantia, com inclusão de alertas automáticos para informar ao procurador responsável pelo feito acerca da proximidade com o prazo de vencimento da apólice.
- Implantação de projeto Conversão Tech para automatizar as conversões em renda (em andamento).
- Melhoria do módulo de ajuizamento eletrônico de Execuções Fiscais.
- Aperfeiçoamento dos controles quanto à prescrição de ajuizamento com diversas melhorias no sistema DAM e a criação de um módulo específico.
- Retomada dos leilões de IPTU desde 2023, como forma de arrecadação e coerção dos devedores inadimplentes.
- Racionalização do tratamento de Execuções Fiscais de Baixo Valor, com análise e mapeamento detalhado do acervo da especializada, elaboração e aprovação de Dispensas Genéricas para os postos EF Geral, elaboração de Edital de Transação por adesão para equacionamento de débitos de baixo valor (Carioca em dia 2025).
- Reorganização do contencioso geral da Procuradoria da Dívida Ativa, com a reestruturação dos setores. Após análise e mapeamento detalhado do acervo da Especializada, foram estabelecidos novos critérios com base no valor para definição de acervos. Também foram criados postos para designação de processos suspensos de modo a mensurar adequadamente o tamanho dos postos/acervos (ex.: art.40/LEF, execução embargadas com garantia, suspensões por afetação de tema repetitivo).
- Criação de setores administrativos com o escopo de 1) aumentar a efetividade da cobrança pelo protesto e ajuizamento; 2) aumentar a arrecadação por meios alternativos de resolução de litígios, em especial por meio da Transação, prevista na Lei 5.966/2015, com redação dada pela Lei 7.000/2021; e 3) melhor atender o contribuinte em seus processos administrativos e requerimentos, promovendo regularizações do cadastro, aumentando a efetividade da cobrança e evitando prejuízos ao erário.
- Adoção de diversas medidas para evitar a ocorrência de prescrição originária (anterior ao ajuizamento ou por falta de citação válida), bem como a prescrição intercorrente (não localização do devedor ou de bens a executar), e, por consequência, incrementar a recuperação do crédito público.

- Inclusão da totalidade das Execuções Fiscais no sistema de Processo de Acompanhamento Virtual (PAV's), com o objetivo de permitir a implementação de ferramenta de controle e peticionamento automatizado dos processos mediante interface com o Tribunal de Justiça, inclusive para fins de classificação dos créditos recuperáveis.
- Criação do Chabot do Whatsapp por meio do qual o contribuinte tem acesso a todas as informações sobre suas dívidas por meio do celular, podendo inclusive emitir as respectivas guias de pagamento. Encontram-se em teste alertas por whatsapp sobre parcelamentos.
- Estabelecimento de fluxo para implementação do controle automatizado das execuções fiscais suspensas pelo artigo 40 da LEF de forma a permitir a tomada de ações específicas para identificação de devedores e bens.
- Criação de ferramenta automatizada para auxiliar na busca de bens do devedor.
- Controle e peticionamento em bloco, via sistema de inteligência artificial, de impulso das execuções e respostas em matérias repetitivas, a fim de conferir maior velocidade ao processamento das execuções.
- Após a inclusão da totalidade das Execuções Fiscais no sistema de Processo de Acompanhamento Virtual (PAV's) em 2024, foi iniciada a implementação de ferramenta de controle e peticionamento automatizado dos processos mediante interface com o Tribunal de Justiça, inclusive para fins de classificação dos créditos recuperáveis (Em andamento).
- Encontra-se em andamento estudo via convênio, junto ao Instituto de Matemática da UFRJ, que visa classificar a carteira da Dívida Ativa em especial quanto ao grau de recuperabilidade do crédito, considerados a antiguidade e solvência do devedor.
- Estabelecimento de integração com outros órgãos do Município e de outros entes com o objetivo de aperfeiçoar a busca de bens do devedor (Em andamento).
- Aperfeiçoar os mecanismos de apoio à cobrança, incorporando-se novas soluções e tecnologias, visando, basicamente: incorporar novos meios de cobrança ativa sobre parcelamentos inadimplidos e guias não pagas, como, por exemplo, Chatbot (em andamento);
- Controle e peticionamento em bloco, via sistema de inteligência artificial, de impulso das execuções e respostas em matérias repetitivas, a fim de conferir maior velocidade ao processamento das execuções (em andamento).
- Nova resolução para as certidões de regularidade fiscal da dívida ativa (elaborada, pendente de aprovação e publicação).
- Automatização da efetivação do protesto a partir da entrada no Sistema DAM, sem utilização da intermediação entre os setores de Informática (fase inicial de estabelecimento de regras de negócio).
- Aumento do número de ajuizamentos de CDA's relativas aos créditos não tributários e tributários diversos do IPTU (este possui calendário específico), para que haja diminuição

do prazo entre a inscrição, protesto e ajuizamento (em execução em conjunto com a 12ª Vara de Fazenda Pública por conta do controle do volume de execuções ajuizadas e a capacidade da Vara).

Os Demais Créditos a Longo Prazo subdividem-se da seguinte forma:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
Tributos a Recuperar	-	292.684,10
Créditos a Receber por Descentralização de Serviços Públicos	-	704.737.929,17
Créditos a Receber por Cessão Não Onerosa	739.719.672,26	1.344.926.933,33
Total	739.719.672,26	2.049.957.546,60

Os créditos a receber da cessão não onerosa são do tipo condição e relacionam-se aos veículos Bus Rapid Transit (BRT) cedidos à Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC Rio – MOBI-Rio).

4.3.7 – Investimentos

Os investimentos permanentes do Município do Rio de Janeiro concentram-se nas participações societárias majoritárias em empresas constituídas e mantidas pelo Poder Executivo, que atuam na descentralização administrativa em áreas diversas da Administração Municipal, além de ações de companhias do setor de telecomunicações e de companhias pertencentes à Administração do Estado do Rio de Janeiro.

O saldo está composto da seguinte forma:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
Distribuidora de Filmes S/A - RIOFILME	21.456.450,48	22.762.505,46
Empresa Municipal de Artes Gráficas	15.666.322,73	14.959.176,85
Empresa Municipal de Informática S/A - IPLANRIO	10.235.724,77	869.483,71
Agência de Fomento do Município do Rio de Janeiro S/A	4.097.886,13	436.702,24
MULTIRIO - Empresa Municipal de Multimeios Ltda	2.824.494,46	4.744.623,82
Participações em Sociedades Controladas	54.280.878,57	43.772.492,08
Empresa Municipal de Informática S/A - IPLANRIO	731.041,00	-
Companhia de Engenharia de Tráfego - CET Rio	8.537.628,43	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	9.268.669,43	-
Participações Avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial	63.549.548,00	43.772.492,08
Empresas do Setor de Telecomunicações	284.687,52	284.687,52
(-) Ajuste de Perdas em Avaliação de Investimentos	(29.284,74)	(29.284,74)
Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do RJ - RIOTRILHOS	70.920.334,18	70.920.334,18
METRÔ - Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro	15.020.258,37	15.020.258,37
Outras participações	80.353,55	80.353,55
Participações Avaliadas pelo Método do Custo	86.276.348,88	86.276.348,88
Total	149.825.896,88	130.048.840,96

As empresas, que no exercício atual, apresentam Patrimônio Líquido negativo estão relacionadas a seguir:

Empresas com Patrimônio Líquido Negativo

Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB
 RIOTUR – Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S.A
 RIOCENTRO S/A - Centro de Feiras, Exposições e Congressos do Rio de Janeiro
 Companhia Municipal de Energia e Iluminação - RIOLUZ
 Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro - CET RIO
 Empresa Municipal de Urbanização - RIO-URBE
 Companhia Municipal de Conservação e Obras Públicas - RIOCOP
 Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos - CCPAR
 Companhia Municipal de Transportes Coletivos - CMTC Rio
 Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A - RIOSAÚDE

4.3.8 – Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens móveis e imóveis destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, conforme tabelas a seguir:

Bens Móveis - Poder Executivo					
Detalhamento	Taxa Anual de Depreciação %	Custo de Aquisição em 31/12/2025 R\$	Depreciação em 31/12/2025 R\$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2025 R\$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2024 R\$
Bens de Informática	20	397.393.006,05	264.353.051,99	133.039.954,06	118.315.898,69
Móveis e Utensílios	10	1.267.635.654,94	817.164.354,48	450.471.300,46	467.629.187,18
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	-	70.147.467,22	-	70.147.467,22	67.999.077,72
Veículos	20	112.902.020,03	17.589.989,05	95.312.030,98	927.478,65
Bens Móveis em Andamento	-	48.626.867,46	-	48.626.867,46	48.626.867,46
Bens Móveis em Almoxarifado	-	20.378.964,37	-	20.378.964,37	25.999.451,19
Demais Bens Móveis	-	-	-	-	28.839.000,00
Subtotal		1.917.083.980,07	1.099.107.395,52	817.976.584,55	758.336.960,89
Bens Móveis - Poder Legislativo					
Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro	Taxa Anual de Depreciação %	Custo de Aquisição em 31/12/2025 R\$	Depreciação em 31/12/2025 R\$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2025 R\$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2024 R\$
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	20	2.718.523,72	1.294.161,40	1.424.362,32	1.297.581,71
Bens de Informática	20	9.072.801,84	6.596.625,88	2.476.175,96	2.447.735,74
Móveis e Utensílios	10	5.140.598,85	3.267.282,99	1.873.315,86	1.847.546,70
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	-	178.834,57	-	178.834,57	172.536,43
Veículos	10	4.156.806,69	968.895,54	3.187.911,15	3.228.364,50
Subtotal		21.267.565,67	12.126.965,81	9.140.599,86	8.993.765,08
Câmara Municipal do Rio de Janeiro	Taxa Anual de Depreciação %	Custo de Aquisição em 31/12/2025 R\$	Depreciação em 31/12/2025 R\$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2025 R\$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2024 R\$
Bens de Informática	20	26.792.104,52	16.189.921,16	10.602.183,36	14.440.091,78
Móveis e Utensílios	20	19.827.647,92	14.801.079,39	5.026.568,53	6.290.836,37
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	-	1.326.269,46	-	1.326.269,46	1.326.269,46
Veículos	20	1.042.646,79	707.961,75	334.685,04	289.628,39
Subtotal		48.988.668,69	31.698.962,30	17.289.706,39	22.346.826,00
Total Bens Móveis		1.987.340.214,43	1.142.933.323,63	844.406.890,80	789.677.551,97

Bens Imóveis - Poder Executivo					
Detalhamento	Taxa Anual de Depreciação %	Custo de Aquisição em 31/12/2025 R\$	Depreciação em 31/12/2025 R\$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2025 R\$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2024 R\$
Bens de Uso Especial					
Terrenos	-	964.740.649,43	-	964.740.649,43	965.025.380,36
Edificações	2	285.538.841,82	43.619.739,37	241.919.102,45	134.821.767,54
Imóveis de Uso Educacional	2	726.513.846,21	71.149.019,10	655.364.827,11	658.395.024,91
Fazendas, Parques e Reservas	-	566.859.851,48	15.634.853,03	551.224.998,45	566.874.039,64
Hospitais e Unidades de Saúde	2	168.989.289,71	17.138.719,16	151.850.570,55	152.944.711,56
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	2	768.360.373,45	165.884.181,21	602.476.192,24	596.482.377,67
	-				
Bens Dominicais	2	377.019.264,01	60.440.582,10	316.578.681,91	319.663.577,23
Bens de Uso Comum do Povo	-	1.333.687.647,67		1.333.687.647,67	1.345.236.513,04
Bens Imóveis em Andamento	-	5.118.710.543,99		5.118.710.543,99	6.078.658.695,79
Bens Imóveis - Ativos De Concessão		2.788.758.628,11		2.788.758.628,11	2.714.715.354,66
Demais Bens Imóveis	-	362.296.250,37		362.296.250,37	290.688.237,84
Subtotal		13.461.475.186,25	373.867.093,97	13.087.608.092,28	13.823.505.680,24
Bens Imóveis - Poder Legislativo					
Detalhamento	Taxa Anual de Depreciação %	Custo de Aquisição em 31/12/2025 R\$	Depreciação em 31/12/2025 R\$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2025 R\$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2024 R\$
Bens Imóveis - Poder Legislativo - CMRJ	-	256.815.688,28	-	256.815.688,28	252.394.070,15
Bens Imóveis - Poder Legislativo - FECMRJ	-	3.444.123,32	-	3.444.123,32	-
Bens Imóveis - Poder Legislativo - TCMRio	-	106.250.196,79	-	106.250.196,79	104.424.142,38
Subtotal		366.510.008,39	-	366.510.008,39	356.818.212,53
Total Bens Imóveis		13.827.985.194,64	373.867.093,97	13.454.118.100,67	14.180.323.892,77
Total Imobilizado		15.815.325.409,07	1.516.800.417,60	14.298.524.991,47	14.970.001.444,74

4.3.9 – Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, sendo apresentados da seguinte forma:

Intangível - Poder Executivo					
Detalhamento	Taxa Anual de Amortização %	Custo de Aquisição em 31/12/2025 R\$	Amortização em 31/12/2025 R\$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2025 R\$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2024 R\$
Sistemas Aplicativos - Softwares	20	39.869.540,99	39.047.592,12	821.948,87	1.232.427,95
Subtotal		39.869.540,99	39.047.592,12	821.948,87	1.232.427,95
Intangível - Poder Legislativo					
Detalhamento	Taxa Anual de Amortização %	Custo de Aquisição em 31/12/2025 R\$	Amortização em 31/12/2025 R\$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2025 R\$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2024 R\$
Intangível - Poder Legislativo - TCMRio	-	247,38	-	247,38	247,38
Intangível - Poder Legislativo - CMRJ	-	2.895.860,00	521.257,92	2.374.602,08	2.635.231,04
Subtotal		2.896.107,38	521.257,92	2.374.849,46	2.635.478,42
Total Intangível		42.765.648,37	39.568.850,04	3.196.798,33	3.867.906,37

4.3.10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

Estão registradas nesse grupo de contas dos Passivos Circulante e Não Circulante as obrigações incorridas e não pagas referentes a salários de pessoal ativo, contribuições patronal e suplementar ao Fundo de Previdência, Precatórios relativos a pessoal, benefícios assistenciais e outros, decorrentes ou não da execução orçamentária. Em Contribuição Previdenciária - Débito Parcelado, está registrado o parcelamento junto à Receita Federal do Brasil, objeto do e-Processo nº 10348.723081/2023-47 (NFLD nº 35.108.752-4, nº 35.463.822-0 e nº 35.463.823-8), com pagamento em 60 (sessenta) meses, a partir de março de 2023. No Longo Prazo, também está registrado o valor de R\$ 99.615.946,13 (noventa e nove milhões, seiscentos e quinze mil novecentos e quarenta e seis reais e treze centavos), referente a Precatórios de Pessoal conhecidos após 1º de julho de 2025.

O saldo está composto da seguinte forma:

Detalhamento - Poder Executivo	Curto Prazo		Longo Prazo	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$	R\$	R\$
Pessoal a Pagar	1.321.605.849,28	1.189.719.318,76	-	-
Precatórios de Pessoal - Regime Especial	164.570.958,86	-	-	-
Precatórios de Pessoal - Regime Ordinário	182.332.669,94	141.215.682,55	99.615.946,13	83.424.850,57
Benefícios Previdenciários a Pagar	257.709,00	442.182,44	-	-
Benefícios Assistenciais a Pagar	3.067.170,11	913.077,58	-	-
Encargos Sociais a Pagar	968.238,26	5.000.901,64	-	-
Contribuição Previdenciária - Débito Parcelado	1.212.426,36	1.212.426,36	1.414.497,43	2.626.923,79
Subtotal	1.674.015.021,81	1.338.503.589,33	101.030.443,56	86.051.774,36

Detalhamento - Poder Legislativo	Curto Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Longo Prazo
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$	R\$	R\$
Encargos Sociais a Pagar - CMRJ	1.228.544,04	1.109.831,61	-	-
Encargos Sociais a Pagar - TCMRio	842.492,45	809.260,43	-	-
Subtotal	2.071.036,49	1.919.092,04	-	-
Total	1.676.086.058,30	1.340.422.681,37	101.030.443,56	86.051.774,36

4.3.11 – Empréstimos e Financiamentos

Referem-se aos valores exigíveis a curto e longo prazo, registrados no Passivo Circulante e Não Circulante da Dívida Fundada Interna e Externa. Os valores estão atualizados pela variação monetária e cambial até a posição de 31 de dezembro de 2025, nos termos do inciso I do Art. 106 da Lei Federal nº 4.320/1964 e em observância aos conceitos do art. 29 da Lei Complementar nº 101/2000.

No quadro a seguir, foram consolidados os saldos dos contratos compostos pelo valor principal atualizado, acrescido dos encargos, assim como os encargos a apropriar, no caso das dívidas pré-fixadas, comparando-se as posições dos exercícios atual e anterior.

Detalhamento	Curto Prazo		Longo Prazo	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$	R\$	R\$
Internos	1.252.726.627,43	1.256.212.904,31	7.232.743.498,08	7.486.309.387,72
CEF	325.875.903,18	305.674.004,26	2.908.133.216,29	3.181.590.565,84
Banco do Brasil	270.771.111,18	183.215.333,34	2.240.048.888,88	1.825.771.777,78
BNDES	541.679.823,87	639.141.003,83	1.777.753.325,90	2.093.414.979,60
STN	114.399.789,20	100.611.210,67	306.808.067,01	385.532.064,50
Juros e Encargos	-	27.571.352,21	-	-
Externos	371.636.130,14	751.092.808,87	5.321.187.279,65	6.221.251.859,18
BID	42.089.941,58	78.287.234,00	441.944.387,02	544.723.352,16
BIRD	329.546.188,56	365.685.994,20	4.714.545.741,21	5.676.528.507,02
Fornecedores	-	307.119.580,67	164.697.151,42	-
Total	1.624.362.757,57	2.007.305.713,18	12.553.930.777,73	13.707.561.246,90

4.3.12 – Fornecedores e Contas a Pagar

Estão registradas nesse grupo as obrigações a pagar relativas a serviços prestados, materiais e bens entregues e precatórios judiciais de fornecedores, decorrentes ou não da execução orçamentária.

As obrigações incorridas e não inscritas em restos a pagar totalizam R\$ 154.674.346,20 (cento e cinquenta e quatro milhões, seiscentos e setenta e quatro mil trezentos e quarenta e seis reais e vinte centavos) em 31/12/2025. Em 31/12/2024, esse saldo era de R\$ 131.098.724,96 (cento e trinta e um milhões, noventa e oito mil setecentos e vinte e quatro reais e noventa e seis centavos).

Na rubrica Fornecedores Parcelados a Pagar, estão registrados os valores correspondentes ao parcelamento dos restos a pagar inscritos até o exercício de 2020, conforme estabelecido no art. 23 da Lei Complementar Municipal nº 235/2021 e regulamentado pelos Decretos Rio nº 49.831/2021 e nº 50.459/2022, bem como pelas Resoluções Conjuntas SMFP/PGM/CGM nº 18/2021, nº 22/2022, nº 23/2022, nº 27/2022, nº 29/2023, nº 37/2024 e nº 44/2025. Esse montante totaliza R\$ 38.197.237,07 (trinta e oito milhões, cento e noventa e sete mil duzentos e trinta e sete reais e sete centavos) no curto prazo e R\$ 228.860.964,02 (duzentos e vinte e oito milhões, oitocentos e sessenta mil novecentos e sessenta e quatro reais e dois centavos) no longo prazo. Também constam nessa rubrica as obrigações inadimplidas enquadradas no parcelamento da referida Lei Complementar, conforme a Nota Técnica Conjunta CGM/SMF/PGM nº 001/2025, no valor de R\$ 68.634.918,21 (sessenta e oito milhões, seiscentos e trinta e quatro mil novecentos e dezoito reais e vinte e um centavos), a longo prazo, o Termo de Reconhecimento de Dívida e Parcelamento de nº 160/2025 celebrado com a Dimensional Engenharia Ltda, no valor de R\$ 35.515.299,06 (trinta e cinco milhões, quinhentos e quinze mil duzentos e noventa e nove reais e seis centavos), a curto prazo, e os débitos de energia elétrica referentes aos contratos de parcelamentos celebrados com a Light Serviços de Eletricidade S/A. Estes últimos, a serem pagos em 9 (nove) parcelas a partir de

2025 (processos nº 01/000.786/2019 e nº SMS-PRO-2024/52951), totalizam R\$ 13.950.902,41 (treze milhões, novecentos e cinquenta mil novecentos e dois reais e quarenta e um centavos) no curto prazo e R\$ 97.556.316,92 (noventa e sete milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil trezentos e dezesseis reais e noventa e dois centavos) no longo prazo.

O saldo está composto da seguinte forma:

Detalhamento - Poder Executivo	Curto Prazo		Longo Prazo	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$	R\$	R\$
Fornecedores não Parcelados a Pagar - Consolidação	442.272.121,69	397.434.565,99	-	-
Fornecedores Parcelados a Pagar - Consolidação	87.663.438,54	53.471.325,06	395.052.199,15	299.873.954,63
Renegociação de Dívidas com Fornecedores	-	63.933.565,33	-	-
Contas não Parceladas a Pagar - Consolidação	40.152,42	66.607,68	-	-
Precatórios de Fornecedores Nacionais - Regime Especial	392.825.833,82	-	-	-
Precatórios de Fornecedores Nacionais - Regime Ordinário	443.454.207,54	335.189.731,27	238.543.741,35	215.888.551,33
Fornecedores Nacionais - Decisões Judic. - Exceto Precatórios	-	-	-	-
Contas a Pagar Nacionais - Decisões Judic. - Exceto Precatórios	993.877,16	1.340.660,60	-	-
Fornecedores não Parcelados a Pagar - Intra OFSS	22.099.312,32	18.369.648,73	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar não Parcelados - Inter OFSS - União	162.048,22	220.135,43	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar não Parcelados - Inter OFSS - Estado	6.979.090,22	6.997.541,14	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar não Parcelados - Inter OFSS - Município	5.718,19	16.534,86	-	-
Total	1.396.495.800,12	877.040.316,09	633.595.940,50	515.762.505,96

4.3.13 – Obrigações Fiscais

Este grupo compreende as obrigações relativas a impostos, taxas e contribuições, decorrentes ou não da execução orçamentária.

Na rubrica Tributos Renegociados - Multas estão registrados os parcelamentos junto à Receita Federal do Brasil, objeto dos Processos nº 11.707.721.403.201.892, nº 11.707.721.394.201.830, nº 11.707.720.585.201.965 e nº 11.707.720.518.201.606, com pagamento em 60 (sessenta) meses, a partir de março de 2023.

O saldo está composto da seguinte forma:

Detalhamento	Curto Prazo		Longo Prazo	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$	R\$	R\$
Obrigações Tributárias a Recolher	626.153,92	6.718.806,64	-	-
Tributos Renegociados - Multas	158.866,92	158.866,92	172.105,83	344.211,66
Total	785.020,84	6.877.673,56	172.105,83	344.211,66

4.3.14 – Transferências Fiscais a Curto Prazo

Neste grupo, estão registrados os valores relativos às Transferências de Recursos para Execução Orçamentária a Pagar para as Entidades da Administração Indireta que executam com Fontes de Recursos do Tesouro, totalizando um montante de R\$ 86.854.898,65 (oitenta e seis

milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil oitocentos e noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos) em 2025.

4.3.15 – Provisões

No curto prazo, está registrada a provisão para pagamento dos valores relativos ao Acordo de Resultados do exercício de 2016, conforme Voto nº 047/2021 do TCMRio, instruído no Processo Administrativo nº 13/000.446/2021, no montante de R\$ 19.138.579,37 (dezenove milhões, cento e trinta e oito mil quinhentos e setenta e nove reais e trinta e sete centavos).

No longo prazo, as provisões cíveis referem-se às ações judiciais em curso e às transitadas em julgado (ainda não inscritas em precatórios), que representam obrigações correntes provenientes de eventos já ocorridos, com provável desembolso de recursos, registradas com base nas informações prestadas pela Procuradoria Geral do Município (PGM), no montante de R\$ 3.893.892.893,39 (três bilhões, oitocentos e noventa e três milhões, oitocentos e noventa e dois mil oitocentos e noventa e três reais e trinta e nove centavos), bem como as provisões registradas conforme procedimentos estabelecidos pela Nota Técnica Conjunta CGM/SMF/PGM nº 001/2025, no montante de R\$ 126.319.331,26 (cento e vinte e seis milhões, trezentos e dezenove mil trezentos e trinta e um reais e vinte e seis centavos).

Em outras provisões, está registrado o valor de R\$ 54.725.831.945,63 (cinquenta e quatro bilhões, setecentos e vinte e cinco milhões, oitocentos e trinta e um mil novecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e três centavos), referente à provisão matemática previdenciária do exercício de 2025 dos recursos vinculados por lei para cobertura do déficit atuarial do Município do Rio de Janeiro (MRJ) junto ao FUNPREVI, conforme consta no Processo SEI Nº 005300.000688/2026-12.

O saldo está composto da seguinte forma:

Detalhamento	Curto Prazo		Longo Prazo	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$	R\$	R\$
Provisão para Riscos Trabalhistas	19.138.579,37	19.138.579,37	-	-
Provisões Cíveis	-	-	4.020.112.224,65	3.514.964.550,01
Outras Provisões	-	-	54.725.831.945,63	57.739.184.410,84
Total	19.138.579,37	19.138.579,37	58.745.944.170,28	61.254.148.960,85

4.3.16 – Demais Obrigações

No Passivo Circulante, com exigibilidade de curto prazo, estão registrados os valores de consignações, depósitos administrativos e judiciais (estes relativos à Lei Complementar nº 151/2015), depósitos de garantias contratuais, indenizações e restituições. Estas últimas são representadas pela dívida com o Fundo Especial de Previdência do Município do Rio de Janeiro

(FUNPREVI), vinculada à Lei nº 6.852/2021 e à decisão proferida no processo 40/100.893/2019 (objeto do processo PVR-OFI-2025/00613), além de outros passivos de mesma natureza.

No Passivo Não Circulante, com exigibilidade de longo prazo, constam as obrigações relativas às despesas da Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro, referentes aos exercícios de 2011 a 2015, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária da então Companhia de Desenvolvimento da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), arquivada na JUCERJA em 13/05/2016, no montante de R\$ 20.452.276,13 (vinte milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil duzentos e setenta e seis reais e treze centavos), bem como a parcela de longo prazo da dívida com o FUNPREVI, no valor de R\$ 905.800.362,53 (novecentos e cinco milhões, oitocentos mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta e três centavos).

O saldo está composto da seguinte forma:

Detalhamento	Curto Prazo		Longo Prazo	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$	R\$	R\$
Consignações	261.161.663,25	276.908.554,36	-	-
Depósitos Judiciais	834.602.391,28	770.778.307,34	-	1.696.311.746,80
Depósitos de Garantias Contratuais - Poder Executivo	76.817.418,01	72.701.027,42	-	-
Depósitos de Garantias Contratuais - Poder Legislativo	143.956,37	114.560,69	-	-
Depósitos Administrativos	84.699.068,98	88.694.474,72	-	206.953.774,33
Depósitos a Apropriar	243.192.202,87	257.041.365,47	-	-
Câmara de Compensação Tarifária	77.434.855,85	53.915.770,83	-	-
Limite de Saque Disponibilizado GPR	26.310.825,29	-	-	-
Demais Obrigações - Poder Executivo	27.084.357,38	29.669.046,96	27.213.310,84	27.213.310,84
Demais Obrigações - Poder Legislativo	16.394.154,78	32.132.508,96	-	-
Indenizações e Restituições Intra OFSS	452.900.181,27	-	905.800.362,53	-
Convênios a Executar	18.400.325,23	11.007.582,69	-	-
Total	2.119.141.400,56	1.592.963.199,44	933.013.673,37	1.930.478.831,97

No exercício de 2025, em consonância com a sistemática contábil introduzida pela Instrução de Procedimentos Contábeis - IPC15 - Depósitos Judiciais e Extrajudiciais da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os valores referentes aos 70% liberados dos Depósitos Judiciais e Depósitos Administrativos deixaram de ser evidenciados no Passivo Não Circulante, passando a ser registrados em conta de Variação Patrimonial Aumentativa.

A rubrica Limite de Saque Disponibilizado GPR refere-se ao saldo da Gestão Programada de Recursos (GPR) — instrumento de controle, monitoramento e avaliação da execução financeira dos contratos de gestão e termos de colaboração —, o qual possui correspondente contrapartida na disponibilidade de caixa.

4.3.17 – Resultado Diferido

Está registrado neste grupo o valor referente à receita diferida da folha de pagamento da Administração Direta, conforme o contrato SMFP nº 104.2022, firmado entre o MRJ e o Banco Santander, no montante de R\$ 41.733.409,56 (quarenta e um milhões, setecentos e trinta e três mil quatrocentos e nove reais e cinquenta e seis centavos).

4.3.18 – Patrimônio Líquido

O resultado patrimonial do exercício de 2025 foi positivo no valor de R\$ 16.264.854.936,45 (dezesesseis bilhões, duzentos e sessenta e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil novecentos e trinta e seis reais e quarenta e cinco centavos), sendo impactado principalmente pelas Transferências Constitucionais e Legais de Receitas - INTER OFSS – Estado (Cota Parte ICMS) e pela arrecadação de Tributos.

A soma dos Ajustes de Exercícios Anteriores, decorrentes de retificação de erros ou mudanças de critérios contábeis, totalizou o montante de R\$ 1.449.690.151,01 (um bilhão, quatrocentos e quarenta e nove milhões, seiscentos e noventa mil cento e cinquenta e um reais e um centavo), conforme apresentado no quadro a seguir:

Grupo Balanço Patrimonial	Saldo em 31/12/2025	Detalhamento do Ajuste	Valor de exercício anterior ajustado em 31/12/2025
		Fato	R\$
Ativo Circulante	17.419.431.553,98		
		Ajustes por mudança de critério de repasse para os fundos especiais.	(91.926.343,45)
		Retificação valores relativos a rescisões contratuais.	(18.113.674,04)
		Baixa de saldos relativos à outorga fixa da Concessão de Saneamento Público, Blocos 1, 2 e 4.	(22.985.038,99)
		Amortização da Cessão de uso de veículos.	(162.721.766,67)
		Regularização de saldos de Cessão Onerosa de Bens Públicos.	(4.830.755,80)
		Demais ajustes relativos ao ativo circulante.	(3.262.538,79)
			17.115.591.436,24
Ativo Não Circulante	57.864.823.482,08		
		Acréscimo ao patrimônio relativo a imóveis não inventariados.	102.435.560,00
		Baixa de ativos imobilizados.	4.768.562,26
		Ajustes de implantação de saldo de bens imóveis.	4.509.691,80
		Demais ajustes relativos ao ativo não circulante.	397.526,56
			57.976.934.822,70
Passivo Circulante	6.922.864.515,41		
		Cancelamento de restos a pagar.	42.264.268,65
		Apropriação de valores relativos a despesas de exercícios anteriores	(315.721.477,43)
		Ajustes Decorrentes de Transações com Entidades da Administração Indireta	15.304.355,33
		Demais ajustes relativos ao passivo circulante.	439.903,86
			6.665.151.565,82
Passivo Não Circulante	73.009.420.520,83	Retificação do passivo não circulante por mudança de critério contábil	1.899.131.877,72
			74.908.552.398,55
Efeito líquido	155.216.540.072,30		1.449.690.151,01
			156.666.230.223,31

4.3.19 – Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Este quadro apresenta os ativos e passivos financeiros e permanentes, de acordo com o disposto no art. 105 da Lei nº 4.320/1964. Para sua elaboração, foram utilizadas as classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), bem como as contas que representam passivos financeiros sem passivos patrimoniais associados, tais como as contas da classe 6 (“Crédito Empenhado a Liquidar” e “Restos a Pagar Não Processados a Liquidar”).

O Saldo Patrimonial, evidenciado neste quadro, e o Patrimônio Líquido, evidenciado no quadro principal do Balanço Patrimonial, apresentam uma diferença devido à inclusão dos Restos a Pagar Não Processados a Liquidar no Passivo Financeiro. No quadro a seguir, apresentamos a conciliação entre o Saldo Patrimonial e o Patrimônio Líquido.

Detalhamento	Poder Executivo	Poder Legislativo	Total
	R\$	R\$	R\$
Ativo Financeiro	4.674.915.440,86	284.360.567,32	4.959.276.008,18
Ativo Permanente	69.901.174.728,45	423.804.299,43	70.324.979.027,88
Total do Ativo	74.576.090.169,31	708.164.866,75	75.284.255.036,06
Passivo Financeiro	2.955.691.699,26	118.457.951,60	3.074.149.650,86
Passivo Permanente	77.782.862.526,20	263.468,44	77.783.125.994,64
Total do Passivo	80.738.554.225,46	118.721.420,04	80.857.275.645,50
Saldo Patrimonial	(6.162.464.056,15)	589.443.446,71	(5.573.020.609,44)
RPN a Liquidar Inscrição no Exercício	805.952.622,61	97.495.459,33	903.448.081,94
RPN a Liquidar Exercícios Anteriores	18.952.985,69	2.589.541,63	21.542.527,32
Patrimônio Líquido	(5.337.558.447,85)	689.528.447,67	(4.648.030.000,18)

4.4 – Demonstração das Variações Patrimoniais

O resultado patrimonial do exercício de 2025 foi positivo em R\$ 16.264.854.936,45 (dezesseis bilhões, duzentos e sessenta e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil novecentos e trinta e seis reais e quarenta e cinco centavos), obtido por meio da diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas, no valor de R\$ 181.598.885.891,03 (cento e oitenta e um bilhões, quinhentos e noventa e oito milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil oitocentos e noventa e um reais e três centavos), e as Variações Patrimoniais Diminutivas, no valor de R\$ 165.334.030.954,58 (cento e sessenta e cinco bilhões, trezentos e trinta e quatro milhões, trinta mil novecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos).

4.5 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido variou positivamente em R\$ 17.715.545.087,46 (dezessete bilhões, setecentos e quinze milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil oitenta e sete reais e quarenta e seis centavos) ao final do exercício de 2025. Essa variação decorre de ajustes de exercícios anteriores, no valor de R\$ 1.449.690.151,01 (um bilhão, quatrocentos e quarenta e nove milhões, seiscentos e noventa mil cento e cinquenta e um reais e um centavo), conforme detalhado no item 4.3.18, e do resultado positivo do exercício no valor de R\$ 16.264.854.936,45 (dezesseis bilhões, duzentos e sessenta e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil novecentos e trinta e seis reais e quarenta e cinco centavos), mencionado no item 4.4.

O detalhamento do resultado acumulado apresenta-se da seguinte forma:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
Resultado do Exercício	16.264.854.936,45	(61.145.667.756,68)
Resultado de Exercícios Anteriores	(22.362.575.087,64)	37.823.213.626,12
Ajustes de Exercícios Anteriores	1.449.690.151,01	959.879.042,92
Total	(4.648.030.000,18)	(22.362.575.087,64)

4.6 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

A geração líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa na Administração Direta foi positiva no valor de R\$ 725.602.956,15 (setecentos e vinte e cinco milhões, seiscentos e dois mil novecentos e cinquenta e seis reais e quinze centavos), representando um acréscimo de 148,87%, se comparado ao exercício de 2024, conforme demonstrado nos quadros a seguir:

Detalhamento	R\$
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial (a)	4.233.673.052,03
Caixa e Equivalentes de Caixa Final (b)	4.959.276.008,18
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa (a-b)	725.602.956,15

Descrição das atividades dos Fluxos de Caixa	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
	R\$	R\$	
Operacional			
Ingressos	84.293.375.687,54	81.420.502.498,33	3,53%
(-) Desembolsos	(80.415.410.706,43)	(80.599.604.132,44)	-0,23%
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	3.877.964.981,11	820.898.365,89	372,41%
Investimento			
Ingressos	60.962.811,34	28.746.271,11	112,07%
(-) Desembolsos	(2.419.076.244,03)	(3.527.202.624,55)	-31,42%
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	(2.358.113.432,69)	(3.498.456.353,44)	-32,60%
Financiamento			
Ingressos	860.020.635,34	2.675.649.074,05	-67,86%
(-) Desembolsos	(1.654.269.227,61)	(1.482.845.893,37)	11,56%
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	(794.248.592,27)	1.192.803.180,68	-166,59%
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa (I+II+III)	725.602.956,15	(1.484.754.806,87)	-148,87%

5 – Informações Complementares

5.1 – Ativos e Passivos Contingentes

Os Ativos Contingentes surgem da possibilidade de ingressos de recursos sob a forma de benefícios ou potencial prestação de serviços e devem ser reconhecidos em contas de controle quando a entrada desse recurso for considerada provável, de acordo com a NBC TSP nº 03, de 21/10/2016, do Conselho Federal de Contabilidade.

O Município do Rio de Janeiro postula na justiça ações de cobrança contra terceiros que possuem perspectivas de êxito provável. De acordo com informações da Procuradoria Geral do Município, tais ações totalizaram R\$ 309.635.533,47 (trezentos e nove milhões, seiscentos e trinta e cinco mil quinhentos e trinta e três reais e quarenta e sete centavos), em 31/12/2025, e R\$ 3.827.115,29 (três milhões, oitocentos e vinte e sete mil cento e quinze reais e vinte e nove centavos), em 31/12/2024.

Os passivos contingentes, que representam a possibilidade de desembolsos futuros, não são reconhecidos em contas patrimoniais, em conformidade com a NBC TSP 03 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esses passivos, referentes a ações judiciais, totalizaram R\$ 31.667.411.539,09 (trinta e um bilhões, seiscentos e sessenta e sete milhões, quatrocentos e onze mil, quinhentos e trinta e nove reais e nove centavos) em 31/12/2025, frente a R\$ 12.861.436.586,93 (doze bilhões, oitocentos e sessenta e um milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, quinhentos e oitenta e seis reais e noventa e três centavos) em 31/12/2024.

Dentre as ações judiciais ingressadas em 2025, destacam-se, em razão de sua elevada materialidade, os seguintes processos:

- Processo nº 0291936-56.2019.8.19.0001: R\$ 14.599.649.694,49;
- Processo nº 0802745-72.2024.8.19.0001: R\$ 2.134.168.799,34; e
- Processo nº 0057426-12.1993.8.19.0001: R\$ 1.830.548.468,95.

5.2 – Desvinculação de Receita Municipal - DREM

Os Decretos Rio nº 57.442, de 18 de dezembro de 2025, e nº 57.474, de 29 de dezembro de 2025, bem como a Deliberação CPFGF nº 972, de 30 de dezembro de 2025, promoveram a desvinculação de receitas correntes, em conformidade com o disposto no artigo 76-B do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2016, e Decreto Rio nº 42.618, de 06 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 218.937.939,64 (duzentos e dezoito milhões, novecentos e trinta e sete mil novecentos e trinta e nove reais e sessenta e quatro centavos), conforme quadro a seguir:

Detalhamento	R\$
Outros Recursos Vinculados à Saúde - FR 659	2.042.393,37
Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - FR 750	1.359.379,00
Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP - FR 751	120.600.431,54
Recursos Vinculados ao Trânsito - FR 752	40.280.488,00
Recursos Vinculados a Fundos - FR 759	13.977.282,05
Outros Recursos Vinculados - FR 899	40.677.965,68
Total	218.937.939,64